



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2015/2016

EQUIPA PARLAMENTO DOS JOVENS

Introdução

A edição 2015-2016 do Parlamento dos Jovens registou o mais elevado número de escolas inscritas desde que esta iniciativa foi lançada (em 1995), com 937 escolas dos ensinos básico e secundário a marcar presença no programa. É certamente um marco histórico, resultante da conjugação de vários fatores que este relatório pretende destacar, e de que são exemplo um maior investimento na comunicação do programa, a constante disponibilidade e atitude mobilizadora dos parceiros institucionais e a promoção de sessões de esclarecimento, por parte da Equipa Parlamento dos Jovens, destinadas aos professores dos círculos que, estatisticamente, registavam menor participação.

O presente relatório apresenta, ainda, uma análise da execução das várias etapas do programa, fazendo-se alusão, sempre que se justifique, a aspetos que deverão ser objeto de reflexão, de eventuais alterações ou de desenvolvimento futuro.

I. PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO 2015/2016

A edição em apreço começou a ser organizada em julho de 2015, na sequência da aprovação, pela Comissão de Educação, dos temas para debate nas edições do ensino básico e do ensino secundário.

Em termos logísticos, procedeu-se às reservas de alojamento nas unidades hoteleiras, à atualização das bases de dados das escolas e de algumas áreas da aplicação informática de gestão do programa, preparou-se o plano de comunicação da iniciativa, iniciou-se a pesquisa e compilação dos recursos informativos sobre os temas em debate nas duas edições e concertou-se, com os parceiros institucionais, o calendário das ações do programa.

Em setembro, foi realizada uma reunião de coordenação com as entidades parceiras¹ do Parlamento dos Jovens, tendo em vista a definição de estratégias para o desenvolvimento e a concretização desta edição, no âmbito das competências específicas de cada parceiro definidas no Protocolo de Cooperação, como sejam a divulgação da iniciativa, o acompanhamento das sessões escolares, a organização das sessões distritais e regionais e o apoio aos agentes educativos nas várias fases do programa. Esta reunião permitiu-nos ainda refletir sobre as principais dificuldades sentidas por parceiros e professores na gestão da iniciativa ao longo do ano letivo, e analisar, em conjunto, as melhores soluções para minimizar o impacto que as mesmas têm sobre os destinatários do programa.

¹ Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira.

II. DESENVOLVIMENTO DA EDIÇÃO 2015/2016

a. Participação das escolas

O início formal da presente edição do Parlamento dos Jovens teve lugar a 24 de agosto de 2015 com a abertura do período de inscrição das escolas, tendo este processo decorrido até 23 de outubro.

No total, registaram a sua inscrição nesta edição 937 estabelecimentos de ensino, mais 147 do que no ano passado, tendo sido atingido o mais elevado número de inscrições em 20 anos de história do programa. Inscreveram-se 479 escolas na sessão do ensino básico e 458 na do ensino secundário.

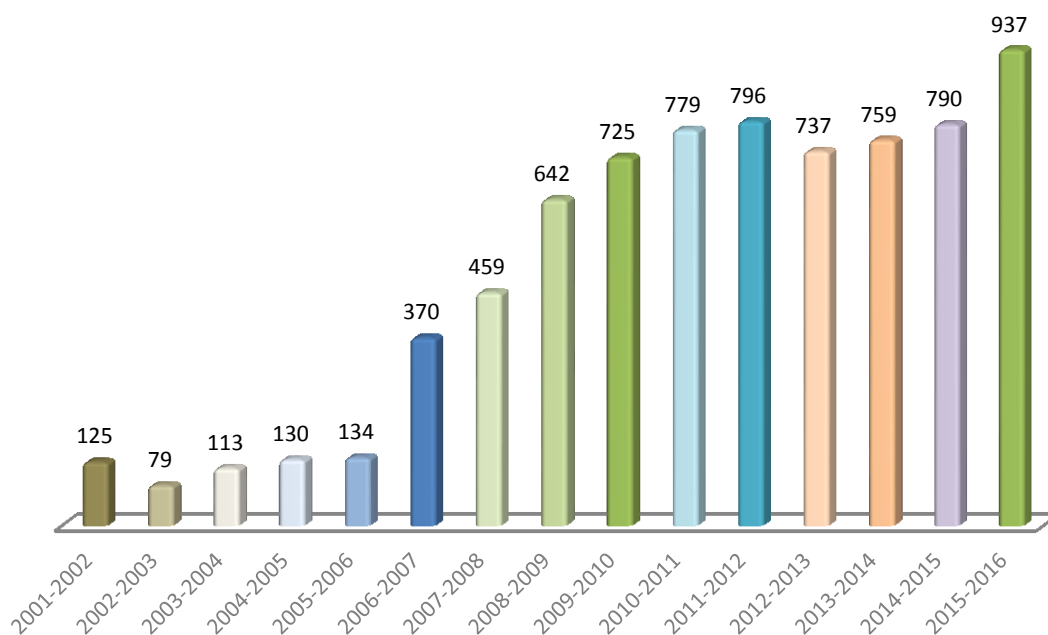


Gráfico 1 – Evolução do número de inscrições no Parlamento dos Jovens desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário²

De entre os fatores que estarão na origem desta significativa adesão de escolas ao programa na presente edição, salientam-se:

² Entre 1995 e 2000 o programa tinha apenas uma sessão, dedicada ao ensino básico. Pelo que foi possível apurar nos registos disponíveis, terão participado, ao longo desses cinco anos, cerca de 60 escolas no programa, então designado “Parlamento das Crianças e dos Jovens”.

- i. Uma maior aposta na comunicação, melhorando a visibilidade do programa através da renovação da sua página na internet, da presença nas redes sociais, nomeadamente no Facebook, e da transmissão de um anúncio televisivo na RTP, na RTP Internacional e no Canal Parlamento;
- ii. O empenhado envolvimento dos parceiros institucionais do programa no contacto com as escolas apelando à sua participação, na divulgação e no apoio à comunidade educativa;
- iii. A atitude proativa e mobilizadora dos agentes educativos, em particular as direções das escolas e os professores, que reconhecem o potencial do programa no enriquecimento do currículo escolar;
- iv. A escolha dos temas em debate nesta edição, considerados pertinentes e motivantes, sobretudo pelo facto de terem resultado de propostas apresentadas pelos próprios jovens e de as matérias poderem ser abordadas de forma transversal em várias disciplinas;
- v. A atitude motivadora de ex-participantes, que são fortes aliados na divulgação do programa nas escolas e fonte de inspiração para os seus colegas, com quem partilham as suas próprias experiências e que se mostram determinados em renovar a sua participação de edição em edição;
- vi. A disponibilização atempada de informação pela AR e a agilização da comunicação com os parceiros institucionais, intensificando os contactos e procurando um diálogo constante e uma articulação mais próxima e direta;
- vii. A realização de ações de esclarecimento e de promoção *in loco*, no início do ano letivo, por parte da Equipa Parlamento dos Jovens, junto das escolas dos círculos que, em anos anteriores, registavam baixos índices de participação no programa. Faro, por exemplo, duplicou o número de inscrições depois destas ações; Beja e Évora aumentaram entre 3% e 4% as escolas inscritas no programa.

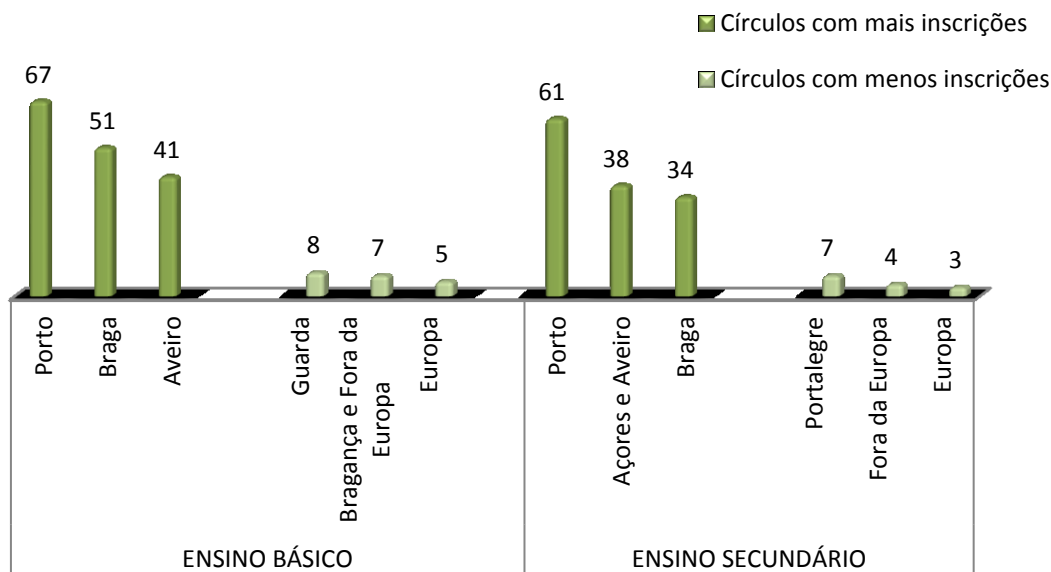


Gráfico 2 – Registo dos círculos com maior e menor número de inscrições em 2015/2016

No ano letivo em apreço, os círculos com registos mais expressivos nas inscrições foram Porto, Braga, Aveiro e Açores, disposição que já se havia verificado na edição passada. Sendo círculos que, por tradição, tinham já grande representatividade no programa, maior significado assume o facto de terem conseguido aumentar o número de escolas participantes na atual edição (com exceção dos Açores, cujo número não sofreu alterações significativas). O distrito do Porto, por exemplo, inscreveu este ano mais 32 escolas do que em 2014-2015 (16 do ensino básico e 16 do ensino secundário), sendo o círculo que detém o recorde do maior número de escolas inscritas no Parlamento dos Jovens, totalizando, este ano, 128 escolas nas duas edições (segundo-se Braga e Aveiro com 85 e 79, respetivamente).

Ainda neste contexto, deve igualmente ser assinalado que o distrito de Lisboa – que, na edição passada, tinha registado a maior redução no número de escolas inscritas relativamente ao ano anterior, com menos 12 escolas – inverteu esta tendência na presente edição com a inscrição de mais 21 escolas (67 no total).

No que diz respeito aos círculos com menor participação, não houve grandes modificações relativamente à edição anterior. Europa, Fora da Europa, Bragança, Portalegre e Guarda registaram entre 3 e 8 escolas inscritas. Merece, todavia, especial referência o facto de os círculos da Europa e de Fora da Europa terem marcado presença nesta edição do Parlamento dos Jovens com o maior número de escolas participantes alguma vez registado nestes círculos, fruto do importante papel desempenhado pela Direção-Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas na articulação de informação junto dos jovens portugueses e luso-descendentes, através da sua rede de Embaixadas e Consulados, bem como através das Coordenações de Ensino de Português no Estrangeiro.

De entre os círculos com menor número de escolas inscritas nas edições passadas, destaca-se o facto de Beja, Faro e Santarém terem aumentado o seu índice de participação nesta edição, subindo para valores muito idênticos, por exemplo, à Madeira, a Viana do Castelo ou a Vila Real, fruto de uma melhor divulgação do programa e da realização de ações de esclarecimento locais (nos casos de Faro e do Alentejo), às quais já se aludiu acima.

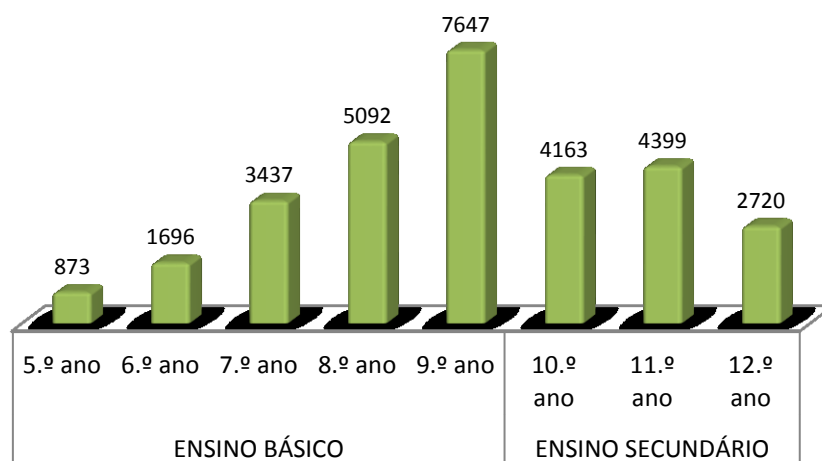


Gráfico 3 – Número de alunos participantes nas listas eleitorais por ano de escolaridade na edição 2015/2016

O gráfico 3 mostra o número de alunos participantes nas listas eleitorais por ano de escolaridade na atual edição, sendo de realçar que, à semelhança do ano passado, 68%

dos alunos que participam na edição do ensino básico frequentam o 8.º e 9.º anos de escolaridade, na sua maioria jovens entre os 13 e os 14 anos; no caso do ensino secundário, 76% dos alunos são do 10.º e 11.º anos, com idades entre os 15 e os 17 anos.

A menor incidência de alunos do 2.º ciclo na edição do ensino básico estará relacionada com a complexidade de procedimentos e conceitos associados ao programa. Muitos professores têm referido que as faixas etárias abrangidas por esta edição são demasiado vastas e muito díspares (dos 10 aos 15 anos), notando-se grandes discrepâncias entre a prestação dos jovens mais novos e a dos mais velhos, sobretudo ao nível da maturidade dos conhecimentos e das competências argumentativas. Será, pois, importante refletir-se, a curto prazo, sobre uma eventual simplificação de algumas ações e normas regimentais, que facilitem o envolvimento dos alunos mais novos.

O menor número de participantes do 12.º ano na edição do ensino secundário terá que ver com o facto de se tratar de um ano de especial rigor e tensão, nomeadamente para os alunos que pretendem continuar os estudos no ensino superior. Por este motivo, deverá ser considerada, já na próxima edição, a possibilidade de antecipação da sessão nacional do ensino secundário, de modo a distanciá-la da época dos exames finais, permitindo que mais alunos do 12.º ano possam aderir ao programa.

Ainda no que respeita à participação das escolas no programa, deve ser feita uma referência às desistências e exclusões de escolas. Nesta edição, cessaram a sua participação no programa, por desistência ou exclusão, 46 escolas do ensino básico e 50 do ensino secundário, situação que tem sido habitual e que é motivada por circunstâncias várias:

- número insuficiente de alunos para a formação de listas para participação no processo eleitoral na escola;
- desinteresse dos alunos pelo programa perante a concorrência de outros projetos com prémios de participação aliciantes;

- falta de disponibilidade dos docentes e/ou alunos em prosseguir no programa dada a intensa atividade resultante do envolvimento simultâneo em projetos escolares diversos e igualmente exigentes;
- exclusão por incumprimento das regras do programa, sob proposta das entidades parceiras.

Na edição 2015-2016, das 937 escolas inscritas nas duas edições do Parlamento dos Jovens, 841 cumpriram todos os objetivos do programa até ao final das sessões distritais/regionais e 129 chegaram às sessões nacionais.

O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no programa nos últimos quatro anos, permitindo concluir que o Parlamento dos Jovens se mantém como um projeto educativo de relevante interesse para a comunidade escolar, em particular no âmbito da transmissão de valores democráticos e no desenvolvimento de competências essenciais para a vivência de uma cidadania ativa e para a formação cívica dos jovens.

Edição	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAIS Ensino Básico + Ensino Secundário			
	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016
Escolas inscritas	374	367	398	479	363	392	392	458	737	759	790	937
Turmas envolvidas	1852	1812	2139	2493	1797	1820	1998	2064	3649	3632	4137	4557
Participantes nas listas eleitorais	15328	13554	14997	18745	9481	10684	9580	11282	24809	24238	24577	30027
Votantes: eleições sessões escolares	87929	84052	87092	105943	60555	60566	59674	68360	148484	144618	146766	174303
Deputados eleitos: sessões escolares	7304	6543	7440	9112	5985	5994	5797	6840	13289	12537	13237	15952
Deputados eleitos: ses. distritais/regionais	1221	1123	1291	1445	1199	1252	1272	1377	2420	2375	2563	2822
Escolas eleitas: sessão nacional	62	62	63	64	63	65	65	65	125	127	128	129
Deputados eleitos: sessão nacional	124	124	126	128	128	130	130	130	252	254	256	258

Quadro 1 – Evolução da participação de escolas e alunos no Parlamento dos Jovens: 2012-2016

b. Participação das escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa

A edição 2015-2016 registou um aumento notável no número de escolas inscritas para participar no Parlamento dos Jovens pelos círculos da Europa e de Fora da Europa, com um total de 19 escolas³ – a maior participação de sempre nestes círculos –, tendência que já se tinha começado a verificar na edição passada. Este aumento surge na sequência da assinatura do Protocolo de Cooperação, que gerou um maior envolvimento por parte da Direção-Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e, com isso, uma melhor articulação de informação junto dos jovens portugueses e luso-descendentes dos círculos da Europa e de Fora da Europa, através da rede de Embaixadas e Consulados, bem como através das Coordenações de Ensino de Português no Estrangeiro.

Na sessão do ensino básico, inscreveram-se cinco instituições de ensino pelo círculo da Europa (Bélgica, França (2), Luxemburgo e Suíça) e sete pelo círculo de Fora da Europa (Canadá, Estados Unidos da América (2), Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor). No caso do ensino secundário, foram três as escolas inscritas pelo círculo da Europa (Bélgica, Luxemburgo e Suíça) e quatro as que se inscreveram pelo círculo de Fora da Europa (Estados Unidos da América, Macau, São Tomé e Príncipe e Timor). Neste contexto, salienta-se a inscrição, pela primeira vez no programa, de escolas e/ou turmas de ensino de língua portuguesa oriundas da Bélgica, do Canadá, de França, do Luxemburgo, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe.

Das 19 escolas inscritas, nove concluíram os objetivos da primeira fase do programa, tendo o Júri Nacional deliberado admitir, com base na avaliação do trabalho desenvolvido, nos relatórios dos professores coordenadores e tendo ainda em consideração o princípio da alternância e a representatividade da comunidade portuguesa no respetivo país, o Collège Honoré de Balzac (França) e a Escola Portuguesa de Moçambique para participação na sessão nacional do ensino básico, e o Institut Saint-

³ Até 2014, a média era entre uma a duas escolas inscritas por estes círculos; em 2014, as inscrições subiram para seis escolas.

Jean-Baptiste de La Salle (Bélgica) e a Escola Portuguesa Ruy Cinatti (Timor) para participação na sessão nacional do ensino secundário.

Tendo em consideração algumas dificuldades reportadas pela DGACCP e por alguns dos professores estreados no programa, a Equipa Parlamento dos Jovens preparará, para a edição 2016-2017, um guia específico para as escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa com uma síntese das regras do programa e das adaptações que lhes são necessariamente aplicáveis. Esta medida, juntamente com o apoio da rede de embaixadas e consulados portugueses numa renovada aposta na divulgação do programa junto das comunidades de jovens portugueses e luso-descendentes, permitirá certamente manter os níveis de participação verificados este ano.

A importância do Parlamento dos Jovens para estas comunidades é há muito reconhecida e foi este ano reiterada por um dos docentes que considera que o programa permite “manter e fortalecer vínculos entre Portugal e as comunidades portuguesas e permite também, às mesmas comunidades, conhecerem-se. Deste modo, o programa defende e promove a Língua Portuguesa como língua de herança e de conhecimento.” (Prof. Pedro Meireles, Escola Portuguesa Ruy Cinatti, Timor).

c. Sessões escolares

A partir da data de inscrição de cada escola e até 25 de janeiro decorreu a fase de debates, eleições e realização das sessões escolares. O processo eleitoral mobilizou mais de 174 000 alunos, tendo sido eleitos 15 952 deputados para as sessões escolares.

Até ao início da edição em análise, a Equipa Parlamento dos Jovens acompanhava apenas indiretamente esta fase do programa, uma vez que a sua organização é assegurada essencialmente pela direção das escolas e pelos professores coordenadores, apoiados pelos parceiros institucionais do programa. A página do Parlamento dos Jovens no Facebook permitiu criar um novo espaço de diálogo e de partilha, com maior

interação entre a AR e a comunidade educativa, bem como entre os próprios participantes, tornando possível o acompanhamento do trabalho desenvolvido em cada uma das etapas desta fase. Pela primeira vez em muitos casos, conheceram-se as estratégias usadas nas campanhas, viram-se vídeos e fotografias dos debates e das sessões escolares, apreenderam-se dúvidas (por exemplo, sobre a organização das listas e do processo eleitoral) e necessidades (elaboração de um guião exclusivo para esta fase), que deverão ser objeto de atenção em edições futuras.



Exemplos da campanha eleitoral para o Parlamento dos Jovens (fase escolar)

d. Sessões distritais/regionais

Entre 22 de fevereiro e 15 de março realizaram-se 40 sessões distritais e regionais, com a participação de 2822 jovens deputados dos dois níveis de ensino. À semelhança da fase escolar, também esta contou com a presença de Deputados da AR e de várias entidades locais e regionais, tendo as sessões sido apoiadas, neste caso, por 15 funcionários parlamentares.

A organização local destas sessões é da responsabilidade das Direções de Serviços Regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e das Direções Regionais do

Instituto Português do Desporto e Juventude, no Continente, e das Assembleias Legislativas e Direções Regionais de Educação e de Juventude nas Regiões Autónomas.

Mais uma vez foi possível verificar o grande empenho e atenção que todas as entidades parceiras, em particular os técnicos e coordenadores regionais, dedicam à complexa e exigente organização desta fase do programa, assegurando quase sempre toda a logística relacionada com as refeições e o transporte dos participantes e professores acompanhantes, bem como a realização prévia da reunião de eleição da Mesa da sessão.



Sessões distritais/regionais

Merece também especial menção o apoio prestado pelas autarquias e outras instituições locais nas deslocações e na cedência de espaços para a organização das sessões em alguns círculos.

O elevado número de escolas que, nesta edição, chegaram à fase das sessões distritais e regionais leva-nos a considerar a eventual necessidade de, a manter-se este nível de participação no programa, haver um desdobramento de algumas destas sessões em dois dias, nomeadamente nos círculos com 50 ou mais escolas presentes. Foi o que sucedeu este ano no distrito do Porto, em que estava prevista a participação de 67 escolas do ensino básico e 61 do ensino secundário, com 201 e 183 jovens deputados,

respetivamente, tendo-se realizado, a título experimental, cada uma das sessões distritais em dois dias. Esta solução foi enaltecida por todos, apesar do esforço que tal representou para as entidades parceiras do programa em termos orçamentais e de logística, e para alunos e professores ao obrigar a uma ausência mais prolongada da escola.

e. Sessões nacionais

As sessões nacionais do Parlamento dos Jovens tiveram lugar no Palácio de S. Bento nos dias 2 e 3 de maio no caso do ensino básico, e 23 e 24 de maio no do ensino secundário.

Foram eleitas para participar na fase final do programa 64 escolas do ensino básico, com 128 deputados, e 65 escolas do ensino secundário, com 130 deputados.

Os trabalhos no Palácio de São Bento foram organizados em dois dias, sendo o primeiro destinado às reuniões das Comissões e o segundo dedicado à Sessão Plenária, em que, após um período de perguntas aos Deputados da Assembleia da República, os jovens debateram e aprovaram as duas Recomendações finais sobre os temas de cada uma das edições: [Racismo, Preconceito, Discriminação](#) e [Portugal: assimetrias litoral/interior. Que soluções?](#).



Participantes das sessões nacionais do Parlamento dos Jovens 2015-2016

A realização de ambos os plenários na Sala das Sessões constituiu um marco memorável na história do Parlamento dos Jovens e conferiu ainda maior dignidade à iniciativa, tendo esta circunstância sido enaltecida e considerada como um estímulo adicional à participação dos jovens. A utilização desta sala permitiu também que vários grupos escolares e cidadãos individuais tivessem assistido ao debate a partir das galerias, hipótese que só neste espaço se pode concretizar, com a mais-valia de, uma vez mais, poder constituir um fator de motivação para futuros participantes no programa.

f. Divulgação do programa

Um dos objetivos prioritários da Equipa Parlamento dos Jovens para esta edição era o de melhorar a visibilidade do projeto e dinamizar a sua identidade e imagem junto do seu público-alvo. Por isso, foi delineado um plano de comunicação para algumas das áreas que careciam de intervenção mais imediata.

Foi o caso da [página Internet do programa](#), cujo grafismo foi totalmente renovado para tornar a página mais apelativa e os conteúdos foram reorganizados de modo a facilitar a pesquisa e o acesso mais imediato aos mesmos. A nova página foi lançada com o início das inscrições, em agosto, tendo obtido apreciações muito positivas nos relatórios de professores e parceiros.

Refira-se que, apesar desta renovação e do aumento no número de escolas participantes, registou-se uma diminuição acentuada do número de acessos à página (entre setembro e final de maio registaram-se 222 252 acessos, menos de metade do registado em igual período da edição anterior). Certamente que o facto de a informação na página se encontrar agora melhor estruturada e ser disponibilizada sempre em tempo útil, tornou as consultas e pesquisas mais imediatas e eficientes, evitando acessos constantes e desnecessários. Por outro lado, o envio de documentação de forma mais assídua e atempada por e-mail, a maior disponibilidade e prontidão da Equipa na resposta a pedidos de informação e a existência de novas formas de comunicação no

programa poderão justificar a diminuição no número de acessos àquele que continua a ser um meio privilegiado de divulgação do Parlamento dos Jovens.

Também em agosto, e praticamente em simultâneo com o lançamento da nova página Internet, foi criada a página oficial de [Facebook do Parlamento dos Jovens](#), que permitiu uma abordagem mais interativa e dinâmica junto do público-alvo do programa. Facilitou o diálogo e a interação, com uma linguagem mais próxima dos jovens, abriu novas perspetivas sobre etapas menos visíveis do programa e permitiu divulgar imagens, documentos e avisos de forma mais imediata e direta. Este foi certamente um dos canais de comunicação que maior vitalidade conferiu ao programa este ano e que mais potenciou o interesse dos jovens pelo projeto.

Além destes meios e da habitual distribuição de cartazes nas escolas de todo o país e da criação de hiperligações para o programa criadas nas páginas dos parceiros institucionais, a abertura das inscrições para a edição 2015-2016 foi acompanhada de uma nova forma de divulgação: a transmissão de um anúncio institucional na RTP, na RTP Internacional e no Canal Parlamento.

Em particular para as sessões nacionais, foram elaboradas notas à comunicação social, tendo a edição do ensino básico sido objeto de uma reportagem na revista *Visão Júnior* de junho. Também o Canal Parlamento fez a transmissão em direto ou em diferido, consoante os casos, das reuniões das comissões e do plenário de ambas as edições, ficando os [vídeos disponíveis](#) para consulta. O Canal Parlamento produziu ainda duas reportagens exclusivas sobre cada uma das sessões nacionais: [ensino básico](#) e [ensino secundário](#).

Por sua vez, quer as entidades parceiras quer a comunidade escolar fizeram uma ampla promoção a nível local dos debates nas escolas e das sessões distritais/regionais, os quais são noticiados com frequência nos jornais escolares e nos órgãos de comunicação social locais/nacionais, de que são exemplo: *Açoriano Oriental*, *Correio do Minho*, *Diário*

de Aveiro, *Diário de Notícias*, *Diário do Minho*, *Jornal da Região Sintra* e *O Mirante*. Destaca-se ainda a reportagem sobre o desenvolvimento do programa Parlamento dos Jovens na Escola Portuguesa Ruy Cinatti (Timor), publicada na revista *L/Atitude* (n.º 9, janeiro-março de 2016), edição da Direção de Serviços de Ensino e Escolas Portuguesas no Estrangeiro (Direção-Geral da Administração Escolar - Ministério da Educação).

Ao longo da edição, várias escolas noticiaram nas suas páginas e blogues a sua participação no programa, partilhando muitos dos conteúdos publicados no Facebook do Parlamento dos Jovens. Também a Direção Regional do Centro do IPDJ manteve a prática de transmitir em direto as sessões distritais da região no respetivo portal, o que permitiu às escolas acompanhar de perto a prestação dos seus jovens deputados.

Ainda ao nível da promoção do programa, salienta-se a edição da brochura comemorativa *Parlamento dos Jovens: 20 anos*, publicada no final do ano passado, que reúne os temas em debate e as 26 recomendações finais apresentadas à Assembleia da República entre 1995 e 2015, a qual foi distribuída a todas as entidades parceiras e aos alunos e professores presentes nas sessões nacionais.

g. Alterações implementadas e previstas

Depois de, na edição passada, terem sido empreendidas alterações significativas e estruturantes no programa Parlamento dos Jovens a vários níveis, nesta edição os ajustes necessários foram pontuais, prevendo-se que o mesmo suceda na edição 2016-2017.

Seguindo as orientações aprovadas pela Comissão de Educação e Ciência, foram introduzidas alterações aos Regimentos das sessões do ensino básico e do ensino secundário do Parlamento dos Jovens, designadamente: aditamento de novo critério para seleção das escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa para a Sessão Nacional (representatividade da comunidade portuguesa nos países das escolas

candidatas); extensão do prazo de entrega das deliberações da sessão escolar; revisão do critério de exclusão da escola do programa caso os deputados efetivos faltem à sessão distrital/regional; clarificação sobre a integração dos candidatos não eleitos para a Mesa da Sessão Nacional na delegação que se desloca a Lisboa; simplificação do debate na especialidade na sessão distrital/regional e explicitação do procedimento em caso de empates nas votações.

O “Guia para Professores”, o “Manual do Jovem Deputado” e o “Regulamento do Prémio Reportagem Parlamento dos Jovens” também foram objeto de atualizações.

Estes documentos passaram a integrar o *kit* pedagógico do programa, disponibilizado eletronicamente, ao qual foi aditado um conjunto de materiais de campanha, designadamente modelos de cartazes, autocolantes, bandeiras e decoração de t-shirts, que as listas candidatas às sessões escolares podiam personalizar. Esta iniciativa foi elogiada por todos os participantes e parceiros e teve um impacto muito positivo na imagem do programa nas escolas.

Foi também melhorado o modelo para envio dos projetos de recomendação aprovados nas sessões escolares, para que os mesmos cumprissem os requisitos previstos no respetivo Regulamento. Com esta alteração, verificou-se uma melhoria qualitativa nos projetos de recomendação apresentados nas sessões distritais/regionais, com claros benefícios para a exposição oral e para o debate das medidas, cuja redação ficou mais clara e objetiva.

Na sequência da análise cuidada aos relatórios das entidades parceiras e dos professores coordenadores, das sugestões apresentadas pelos funcionários da Assembleia da República que colaboram nas sessões distritais/regionais e nas sessões nacionais e da experiência acumulada pela Equipa Parlamento dos Jovens, apresentam-se em seguida algumas propostas de alterações para a próxima edição.

Para facilitar a apreensão das diferentes dinâmicas das várias fases do programa, está a ser avaliada a possibilidade de produção de dois ou três breves vídeos informativos animados, a disponibilizar na página Internet do Parlamento dos Jovens. Com o mesmo objetivo, prevê-se ainda a elaboração de dois novos guiões a serem integrados no *kit* pedagógico: um específico para as escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa e um outro para auxiliar os professores na organização da sessão escolar.

Para agilizar a gestão do calendário do programa nas escolas, está também a ser equacionado o envio de uma *newsletter* com informação dedicada que permita antecipar os procedimentos necessários por parte das escolas em cada uma das fases.

No que se refere aos Regimentos, estão previstas alterações relacionadas com:

- a formalização da possibilidade de utilização de boletins de voto eletrónicos nas eleições das escolas (sessões distritais/regionais) e da Mesa (sessões distritais/regionais e nacionais);
- o alargamento do prazo de envio de informações à AR após a sessão escolar; a revisão da ordem de intervenção das escolas no debate da generalidade das sessões distritais/regionais; e
- a simplificação do debate na especialidade nas sessões nacionais.

Também o Regulamento do Prémio Reportagem Parlamento dos Jovens será objeto de uma revisão, neste caso mais aprofundada, de forma a integrar a possibilidade de apresentação de reportagens de vídeo e rádio, devendo o Prémio passar a contemplar duas categorias: reportagem escrita e reportagem multimédia.

Finalmente, no âmbito das refeições providenciadas durante a Sessão Nacional, está a ser avaliada a possibilidade de passar a ser assegurada uma refeição leve à chegada dos participantes (pelas 13h00), considerando que a grande maioria faz entre 5 a 7 horas de viagem no primeiro dia de trabalhos, sendo que, habitualmente, a primeira refeição na AR tem sido servida pelas 17h00. Havendo disponibilidade orçamental para o efeito,

será igualmente ponderado o alargamento da distribuição dos lanches “portáteis”, no final do segundo dia de trabalhos, aos professores acompanhantes (até ao momento, estes lanches têm sido apenas entregues aos jovens deputados e jornalistas).

A implementação de algumas destas propostas poderá estar dependente de um eventual reforço e/ou reestruturação da Equipa Parlamento dos Jovens, cuja estrutura foi originalmente formalizada como uma equipa de projeto, em 2002, mas que tem hoje uma natureza distinta, com competências e funções de carácter permanente e objetivos definidos anualmente, em resultado da inegável importância institucional e pedagógica que tem vindo a ser reconhecida ao programa ao longo dos anos.

h. Relatórios dos professores e entidades parceiras: principais dificuldades apontadas

As dificuldades apontadas pelos professores coordenadores e pelos parceiros institucionais do programa nos seus relatórios permanecem, no essencial, as mesmas que têm sido mencionadas em relatórios anteriores.

A dificuldade mais frequentemente reiterada é a questão da conciliação das ações do programa com os horários e atividades letivas, por não existir uma área curricular não disciplinar onde o mesmo possa ser desenvolvido e pelo carácter facultativo da autonomização disciplinar da educação para cidadania. Daqui decorre um acréscimo significativo de horas não letivas, em período extraescolar, para professores e alunos se poderem dedicar à concretização do programa. Como já havia sido sugerido no passado, seria, pois, muito positivo que as escolas interessadas em participar no programa o integrassem formalmente no seu currículo escolar, no âmbito de uma disciplina obrigatória ou de uma componente curricular complementar, em função dos créditos letivos disponíveis para professores e alunos. Esta possibilidade tem sido adotada para o Parlamento dos Jovens apenas em casos muito excecionais, dada a multiplicidade de projetos pedagógicos concorrentes, muitos dos quais com prémios de participação

atrativos (como viagens, computadores, etc.), que não se coadunam, contudo, com as características e objetivos da iniciativa da AR.

Também a exigente calendarização do programa, nomeadamente na fase escolar, é referenciada como uma dificuldade acrescida para as escolas. Efetivamente, não há muita margem para grandes alterações ao calendário das ações do Parlamento dos Jovens, dado que o mesmo é definido com base quer no calendário escolar, quer nas atividades da agenda parlamentar de caráter mais permanente e que é possível antecipar à data da sua elaboração. Porém, é sempre possível melhorar alguns aspetos e, desde 2014, que, em estreita articulação com as entidades parceiras, se tem procurado adaptar as datas de cada uma das fases aos momentos de avaliação gerais (ou seja, aqueles que não são definidos autonomamente por cada escola) e aos períodos de realização de provas ou exames finais nacionais. A possibilidade de deslocação dos Deputados da AR às escolas para participação nos debates logo a partir de novembro, conforme previsto no calendário, seria também vantajosa, permitindo agilizar a organização das sessões escolares.

Um outro fator menos positivo apontado com alguma frequência é a escassez de materiais de apoio em suporte físico. Dentro dos limites orçamentais do programa, será analisada a hipótese de distribuição, nas escolas, de desdobráveis ou brochuras informativas e de urnas para realização das eleições.

Uma crítica que tem sido apontada de forma recorrente nos relatórios diz respeito à multiplicidade de formulários para preenchimento ao longo das várias fases, cuja informação não fica agregada num único ficheiro que possa ficar acessível para consulta pelos professores coordenadores. De facto, a aplicação informática que suporta a gestão do programa é obsoleta e, conseqüentemente, limita o desenvolvimento de algumas necessidades, como seria o caso da criação de uma área na página Internet de acesso exclusivo das escolas inscritas, onde as mesmas pudessem aceder/carregar/atualizar dados e conteúdos relacionados com a sua participação no programa.

Foram ainda apresentadas algumas reclamações relacionadas com a eventual falta de transparência e com a aplicação de critérios díspares em situações idênticas no processo de eleição da Mesa das sessões distritais, o qual é organizado pelas entidades parceiras. Este processo será, por isso, melhor clarificado quando da realização da reunião de coordenação, preparatória da edição 2016-2017, e através do envio de uma nota informativa aos coordenadores locais do programa.

III. PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os Deputados participam nas várias etapas do Parlamento dos Jovens, em particular nos debates nas escolas, nas sessões distritais e regionais, nas reuniões de comissões e no plenário das sessões nacionais. Alunos e professores valorizam esta participação como uma experiência única de contacto direto entre representantes e representados, para partilha de ideias sobre questões que afetam os jovens e/ou a realidade local ou nacional.

A participação dos Deputados é coordenada pela Comissão de Educação e Ciência, em especial pelo Grupo de Trabalho – Parlamento dos Jovens.

a. Debates nas escolas

O calendário do Parlamento dos Jovens previu a realização de debates nas escolas entre novembro de 2015 e janeiro de 2016⁴, tendo sido endereçados à AR 460 convites para participação dos Deputados nesta fase do programa, o que representa um aumento de 9,8% relativamente ao ano anterior.

Na sequência dos convites enviados, não se chegaram a realizar 29 debates, 10 por cancelamento das escolas e 19 por não ter sido possível a compatibilização de datas com

⁴ Excecionalmente foram realizados 2 debates em fevereiro.

a agenda de trabalho dos Deputados. No total tiveram lugar 431 debates nas escolas com a presença de Deputados, mais 18 do que na edição passada.

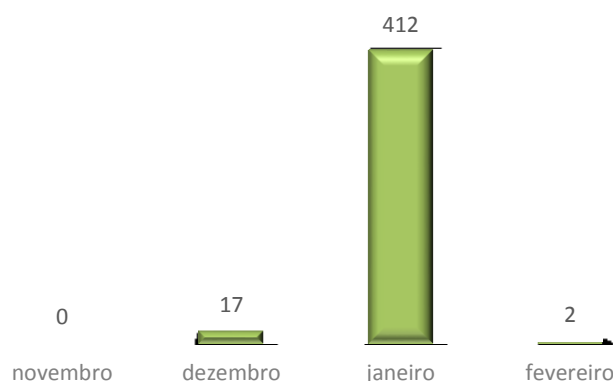


Gráfico 4 – Número de debates com Deputados nas escolas por meses

O início da nova Legislatura, em meados de outubro, a constituição das Comissões Parlamentares Permanentes em novembro e as alterações na composição do Parlamento decorrentes da formação do XXI Governo constitucional justificam a concentração da grande maioria dos debates escolares do Parlamento dos Jovens no mês de janeiro.

Estas circunstâncias excepcionais ditaram algumas dificuldades na gestão do calendário dos debates, inviabilizando a possibilidade de alguns Deputados se deslocarem às localidades nos dias previstos para as sessões distritais/regionais e/ou obrigando a alterações, por vezes sucessivas, às marcações com as escolas, nem sempre fáceis de assimilar por parte de diretores, professores e alunos. O desenvolvimento de outros momentos desta fase do programa nas escolas ficou conseqüentemente condicionado, obrigando à convergência de etapas que deveriam ser cronologicamente autónomas para evitar uma excessiva acumulação de trabalho num curto espaço de tempo.

Pelos motivos acima expostos, na atual edição também não foi possível assegurar a presença de Deputados nas sessões escolares dos círculos da Europa e de Fora da Europa, circunstância que teve um impacto muito positivo na edição passada junto dos

jovens portugueses e luso-descendentes e que seria benéfico que pudesse vir a ser retomada.

b. Sessões distritais/regionais

Nesta fase do programa, realizaram-se 40 sessões distritais e regionais, tendo os Deputados marcado presença em apenas 18 sessões, pelo facto de as mesmas terem decorrido entre 22 de fevereiro e 15 de março, coincidindo, excecionalmente, com o processo de debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2016 (em 2015, registaram-se 39 presenças nestas sessões). Refira-se que o calendário escolar nem sempre nos permite compatibilizar as datas do programa com a agenda parlamentar e, este ano, foi manifestamente atípico. Contudo, dada a importância axiomática que a presença dos Deputados tem no desenvolvimento do programa, a menor participação verificada nas sessões distritais/regionais acabou por se refletir numa maior desmotivação dos jovens e professores nesta edição.

c. Sessões nacionais

Na fase final do programa Parlamento dos Jovens, os Deputados estiveram presentes nas 8 reuniões de comissões e no período de perguntas das duas reuniões plenárias (considerando a edição do ensino básico e a do ensino secundário).

O quadro abaixo sintetiza os números da participação dos Deputados ao longo da edição 2015/2016 do Parlamento dos Jovens:

FASES DEP.	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	PAN	TOTAIS
Debates nas escolas	188	152	31	28	32	0	0	431
Sessões Distritais/Regionais	7	8	2	0	1	0	0	18
Sessões Nacionais	7	6	3	4	4	3	1	28

Quadro 2 – Participação dos Deputados no Parlamento dos Jovens 2015/2016

IV. PROPOSTAS DE TEMAS EM DEBATE NA EDIÇÃO 2016/2017

As propostas de temas em debate para a edição seguinte do Parlamento dos Jovens são apresentadas pelos alunos nas sessões escolares e votadas nas sessões distritais/regionais, sendo selecionado um tema por círculo. O conjunto dos temas aprovados constam em anexo ao presente relatório, sendo ora colocados à consideração da Comissão de Educação e Ciência⁵.

No caso do ensino básico, há temáticas que são recorrentes, destacando-se a violência doméstica, proposta por oito círculos (tema que já o ano passado havia sido proposto por vários círculos). O mesmo acontece com as propostas do ensino secundário, sendo coincidente em quatro círculos o tema da crise dos refugiados e em três círculos o da emigração jovem.

Considerando a orientação transmitida no sentido de os temas da edição do Parlamento dos Jovens 2016/2017 terem como enquadramento principal os 40 anos da Constituição, poderão considerar-se alguns pontos de contacto entre os preceitos constitucionais e as temáticas apresentadas. Contudo, nem sempre é fácil tornar explícita a ligação e, sobretudo, lançar a ideia de forma apelativa para os jovens.

Neste contexto, e no que respeita ao tema do ensino secundário, a Equipa Parlamento dos Jovens considerou que poderia ser interessante lançar um debate sobre “A Constituição que temos, a Constituição que queremos: mudanças, desafios, prioridades”. Poderia ser um estímulo para que os jovens refletissem sobre uma possível “revisão constitucional” em torno das matérias que mais os preocupam.

Em relação ao ensino básico, considerando a faixa etária dos 10 aos 14 anos, os princípios constitucionais podem ser mais complexos de apreender e maior será a dificuldade em motivar o debate. Ainda assim, poderia ser ponderada uma hipótese de trabalho na mesma linha da sugerida para o secundário: “Os jovens e a Constituição:

⁵ Também em anexo junta-se a lista dos temas em debate desde 1995 até à última edição.

tens uma palavra a dizer.” Por outro lado, é muito evidente a preocupação relativamente ao tema da violência doméstica, pelo que a solução poderia passar por uma alusão mais indireta à Constituição, levando-os a abordar os direitos, liberdades e garantias pessoais sob o mote “Violência doméstica: agir para impedir” ou “A Constituição em ação: contra a violência doméstica”.

A escolha dos temas é determinante para o grau de participação e envolvimento das escolas no programa, como atrás foi referido. Num dos relatórios dos professores pode ler-se: “Os jovens mostram-se apaixonados intervenientes quando os temas a debater lhes são familiares e relevantes.” Logo, quanto mais próxima dos interesses dos alunos for a temática, quanto mais transversais as matérias, maior será certamente a sua motivação e interesse em participar nesta iniciativa.

Nesta escolha é igualmente importante ponderar que o tema será também trabalhado por jovens de comunidades portuguesas e luso-descendentes em vários países, pelo que deverá haver a preocupação de encontrar afinidades entre a temática do programa e os contextos sociais, culturais, geográficos, etc. em que o debate terá lugar na diáspora.

Nota final

Existem várias maneiras para se aprender e diferentes são as práticas educativas de cada localidade, região ou país. Mas, em qualquer lugar do mundo, os valores da cidadania requerem a vivência da cidadania e é esta experiência e a consciencialização democrática dos participantes no Parlamento dos Jovens que nos comprometemos a continuar a proporcionar.

Equipa Parlamento dos Jovens

Assembleia da República, 7 de julho de 2016.

ANEXO 1

PROPOSTAS DE TEMAS PARA A EDIÇÃO 2016-2017

ENSINO BÁSICO

CÍRCULO	TEMA	Obs.
AÇORES	“Eutanásia”	Proposta 2015: “Educação sexual” (tema debatido em 2010)
AVEIRO	“Terrorismo e consequências”	Proposta 2015: “Racismo e homossexualidade”
BEJA	“Gravidez na adolescência”	Matéria abordada em 2005, 2010 e 2014 no âmbito dos temas “Responsabilidade social dos jovens na prevenção de comportamentos de risco”, “Educação sexual” e “Drogas: evitar e enfrentar a dependências”, respetivamente. Proposta 2015: “O álcool na adolescência” (apresentado juntamente com “Gravidez na adolescência”)
BRAGA	“Violência doméstica”	Proposta 2015: <i>Bullying</i> (tema idêntico debatido em 2011: “Violência em meio escolar”)
BRAGANÇA	“Aquecimento global”	Proposta 2015: <i>Bullying</i> (tema idêntico debatido em 2011: “Violência em meio escolar”)
CASTELO BRANCO	“Terrorismo e consequências”	Proposta 2015: A adoção por casais homossexuais
COIMBRA	“Luta contra a Pobreza”	–
EUROPA	“As influências negativas da tecnologia no mundo” Collège Honoré de Balzac (Paris), França	–
ÉVORA	“Desemprego”	Proposta 2015: Decidir o Futuro: como fazer as escolhas acertadas?
FARO	“Pedofilia”	Proposta 2015: “Combater a discriminação, construir a tolerância” (tema escolhido para 2015 “Racismo, preconceito e discriminação”)
FORA DA EUROPA	“Parar o Consumo de Drogas. Já!” Escola Portuguesa de Moçambique	–
GUARDA	“Homossexualidade”	Proposta 2015: Desigualdade social - aceitação da diferença
LEIRIA	“Violência Doméstica”	Mantém proposta de 2015
LISBOA	“Violência Doméstica”	Proposta 2015: “Racismo e xenofobia” (tema escolhido em 2015: “Racismo, preconceito, discriminação”)
MADEIRA	“Condições alimentares nas escolas”	Proposta 2015: “A gravidez na adolescência” (matéria abordada em 2010 no âmbito do tema “Educação Sexual”)
PORTALEGRE	“Interdição de dispositivos móveis na escola: sim ou não?”	Proposta 2015: “Terrorismo no Mundo”
PORTO	“Eutanásia”	Proposta 2015: “O desemprego jovem e a emigração” (matéria abordada em 2013 no âmbito do tema “Ultrapassar a Crise”)
SANTARÉM	“Violência doméstica”	Mantém proposta de 2015
SETÚBAL	“Violência doméstica”	Proposta 2015: “Combater a discriminação da homossexualidade” (tema escolhido em 2015: “Racismo, preconceito, discriminação”)
VIANA DO CASTELO	“Violência doméstica”	Proposta 2015: Discriminação, preconceito e racismo (tema escolhido em 2015: “Racismo, preconceito, discriminação”)
VILA REAL	“Violência” (bullying, violência doméstica, abuso e assédio sexual)	Proposta 2015: “Direito à Liberdade de Expressão” (matéria abordada em 1995 no âmbito do tema “Respeito de opinião”)
UIXO	“Violência doméstica”	Mantém proposta de 2015

PROPOSTAS DE TEMAS PARA A EDIÇÃO 2016-2017

SECUNDÁRIO

CÍRCULO	TEMA	Obs.
AÇORES	“Adoção ou co adoção por casais do mesmo sexo”	Proposta 2015: “Saúde pública e privada: que desafios?”
AVEIRO	“Eutanásia”	Proposta 2015: “Ambiente e crescimento sustentável”
BEJA	“Emigração jovem”	Tema idêntico debatido em 2014 no âmbito do tema “Crise demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento”. Proposta 2015: “Casamento e adoção por casais homossexuais”
BRAGA	“Emigração jovem”	Tema idêntico debatido em 2014 no âmbito do tema “Crise demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento”. Proposta 2015: “Eutanásia – prós e contras”
BRAGANÇA	“Sexualidade”	Proposta 2015: “Acesso ao primeiro emprego e degradação dos salários” (tema idêntico debatido em 2013: “Os jovens e o emprego: que futuro”)
CASTELO BRANCO	Legalização de drogas medicinais/leves	Matéria idêntica debatida em 2014 no âmbito do ensino básico “Drogas – evitar e enfrentar as dependências” Proposta 2015: “Homossexualidade/Adoção”
COIMBRA	“Ensino regular Vs. Ensino profissional”	Proposta 2015: “Adoção por casais do mesmo sexo”
EUROPA	“Portugal: Como Prevenir os Incêndios Florestais?” Institut Saint-Jean-Baptiste de La Salle (Bruxelas)	Proposta 2015: “Drogas e saúde pública” (matéria idêntica debatida em 2014 no âmbito do ensino básico “Drogas – evitar e enfrentar as dependências”)
ÉVORA	“Crise dos refugiados”	Proposta 2015: “Adoção de crianças por casais homossexuais”
FARO	“Crise dos refugiados”	Proposta 2015: “Liberdade de Expressão”
FORA DA EUROPA	“Terrorismo e multiculturalismo” Escola Portuguesa Ruy Cinatti (Díli), Timor	-
GUARDA	“Eutanásia”	Proposta 2015: “Redução da carga horária dos alunos” (matéria abordada em 2015 no âmbito do tema “Ensino Público e Privado: que desafios?”)
LEIRIA	“Emigração jovem”	Tema idêntico debatido em 2014 no âmbito do tema “Crise demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento”. Proposta 2015: “Legalização da canábis: sim ou não?” (matéria idêntica debatida em 2014 no âmbito do ensino básico “Drogas – evitar e enfrentar as dependências”)
LISBOA	“Migrações, acolhimento e integração”	Proposta 2015: “Inclusão e mercado de trabalho: o papel da escola na transição para a vida adulta dos alunos com necessidades educativas especiais” (matéria abordada em 2005 no âmbito do tema “Educação/formação/emprego”)
MADEIRA	“Que futuro para o Serviço Nacional de Saúde?”	Proposta idêntica à de 2015: “O estado da saúde – que futuro para o Serviço Nacional de Saúde”
PORTALEGRE	“Crise dos refugiados”	Proposta 2015: “Discriminação e homofobia”
PORTO	“Legalização de drogas medicinais/leves”	Proposta 2015: “Eutanásia”
SANTARÉM	“Crise dos refugiados”	Proposta 2015: “Igualdade de género”
SETÚBAL	“Igualdade de género”	Proposta 2015: “O direito de adoção por homossexuais”
VIANA DO CASTELO	“Legalização de drogas medicinais/leves”	Proposta 2015: “Os jovens e as drogas” (tema idêntico debatido em 2014 no ensino básico: “Drogas – evitar e enfrentar as dependências”)
VILA REAL	“Igualdade de género”	Proposta 2015: Discriminação social de fações religiosas
UISEU	“Que futuro para o Serviço Nacional de Saúde?”	Tema selecionado para 2015: “Portugal: assimetrias litoral/interior – que soluções?”

ANEXO 2

TEMAS EM DEBATE 1995-2016

Sessões nacionais	TEMA Ensino básico	TEMA Ensino Secundário
1995	“A paz e o papel determinante das crianças na sua constituição” e “O respeito de opinião”	–
1996	“Os direitos da criança e a sociedade”	–
1997	“Direitos da Criança e do Jovem”	–
1998	“Carta dos Direitos e Deveres dos Alunos”	–
1999	“O valor da liberdade: o regime democrático e o desenvolvimento do país”	–
2000	“A escola do século XXI”, “A sociedade de informação e a formação dos jovens” e “Que perspectivas para os jovens portugueses no início do novo século”	–
2001	“Investimento do Governo nas gerações jovens”	“O alargamento da União Europeia e a federação de Estados”
2002	“Família”, “Território português” e “Ambiente”	“A influência da comunicação social na sociedade” e “A política de juventude na sociedade de informação e do conhecimento”
2003	“O ambiente em debate”	“A organização do poder político”, “A participação política dos cidadãos”, “Os órgãos de soberania” e “A Assembleia da República”
2004	“A importância do desporto escolar a nível local, nacional e europeu”	“A construção da Europa: propostas para promover a cidadania europeia”
2005	“Educação, formação, emprego”	“Responsabilidade social dos jovens na prevenção de comportamentos de risco”
2006	“Educação e cidadania para a segurança rodoviária”	“Minha pátria é a língua portuguesa”
2007	“Impacto da televisão junto dos jovens”	“Insucesso e abandono escolar”
2008	“Energias alternativas e preservação do ambiente”	“União Europeia: participação, desafios, oportunidades”
2009	“Alimentação e saúde”	“Participação cívica dos jovens”
2010	“Educação sexual”	“A República faz 100 anos”
2011	“Violência em meio escolar”	“Que futuro para a educação”
2012	“Redes sociais: combate à discriminação”	“Redes sociais: participação e cidadania”
2013	“Ultrapassar a crise”	“Os jovens e o emprego: que futuro?”
2014	“Drogas: evitar e enfrentar dependências”	“Crise demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento”
2015	“Combate ao insucesso escolar”	“Ensino público e privado: que desafios”
2016	“Racismo, preconceito, discriminação”	“Portugal: assimetrias litoral/interior. Que soluções?”